

LULA LIVRE JÁ!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA NUNCA!

Elinedo Meira

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) inicia as lutas em 2019 reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos das classes trabalhadoras. Em abril, completa-se um ano da prisão arbitrária de Lula, que teve como principal objetivo político implantar uma agenda de retrocessos e violações de direitos no Brasil. Esta prisão ilegal contra nossa maior liderança popular da história foi articulada pela mesma aliança que deu um golpe na Presidenta Dilma e elegeu Bolsonaro, composta pelos empresários, os grandes meios de comunicação, os partidos de direita que dominam os poderes Executivo e Legislativo, e pelo Judiciário. Por isso, exigimos Lula Livre!

Nesses primeiros meses de governo Bolsonaro, segue o contexto de profunda crise política, econômica e social, em que as famílias mais pobres sentem diretamente as consequências da retirada de direitos e do corte de investimentos nas áreas sociais. Mais de R\$30 bilhões do orçamento foram bloqueados neste mês de março, colocando em risco políticas sociais de diversas áreas. E a vida do povo só vai piorar se o principal projeto de Bolsonaro for aprovado: a reforma da previdência. Trata-se, na prática, do fim do direito à aposentadoria, pois o texto enviado ao Congresso contém pontos como: obrigatoriedade da idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, com um período de transição de apenas 12 anos para eles e 10 anos para



elas; a idade mínima aumentará a cada quatro anos a partir de 2024, ou seja, a regra para que um trabalhador possa se aposentar no futuro poderá ficar ainda pior; e as trabalhadoras mulheres e algumas categorias, como os rurais e os professores, serão ainda mais prejudicadas pelo projeto, pois a proposta exclui as aposentadorias espe-

cíficas e não respeita o fato de que algumas profissões são essencialmente penosas e desgastantes! O governo ainda instituiu o modelo de capitalização, que levou os aposentados do Chile à miséria, pois todo trabalhador tem que poupar a sua aposentadoria para sacar depois de 30 anos, e sabemos como é difícil sobrar qualquer dinheiro no

fim do mês. Para piorar ainda mais, a reforma afeta quem já está aposentado, pois os reajustes serão desvinculados do salário mínimo.

Com exceção dos militares, que junto com os juízes e políticos são os verdadeiros privilegiados pelo sistema, todos os trabalhadores, do campo e da cidade, serão atingidos e terão de trabalhar mais para ganhar menos na aposentadoria. Também faz parte dos retrocessos criminalizar os movimentos sociais e as lideranças sociais. Desde o golpe só aumentou o uso do aparato policial e judicial para perseguir lideranças, em aliança com os meios de comunicação tradicionais. Outra face da violência contra a luta popular é o assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro, em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro-RJ, caso ainda não solucionado, pois foram presos os autores dos disparos, mas nada se falou dos mandantes do crime.

Diante disso, é preciso que o povo brasileiro se organize e lute em defesa do projeto político que Lula representa, de transformação social, desenvolvimento e conquista de direitos. Nas palavras de Lula: “Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução (...). Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é em busca da primavera”.



A UNMP em defesa do Minha Casa Minha Vida

Divulgação UNMP



Movimentos de Moradia protestam em Brasília em defesa do Minha Casa Minha Vida

Em 12 de março, os movimentos nacionais de moradia estiveram nas ruas de Brasília/DF em defesa do Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E) e pela contratação das obras selecionadas, um processo que está paralisado desde setembro de 2018. A União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), o Movimento de Luta de Bairros e Favelas (MLB), o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) saíram em marcha da Catedral de Brasília em direção do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), onde foram recebidos pela equipe do ministro Gustavo Canuto. Apesar da pressão, não houve avanços, e o programa segue paralisado.

As lideranças levaram como principais reivindicações a retomada imediata da contratação das mais de 8 mil moradias do MCMV-E, das 27 mil unidades do Programa de Habitação Rural e a garantia de orçamento para a continuidade do programa, considerando que os recursos do orçamento federal são absoluta-

mente insuficientes para contratar novas unidades e finalizar as obras em andamento, que correm o risco de ser paralisadas. No entanto, após a conversa com a secretaria executiva do MDR e a secretaria de habitação, o problema de orçamento segue sem resolução, tanto para obras contratadas continuarem quanto para início dos projetos selecionados. O ministério informou que está pedindo suplementação de R\$ 2,1 bilhões para a habitação, mas ainda não houve resposta do Ministério da Economia. Na sequência, os movimentos participaram de uma audiência com os parlamentares na Câmara dos Deputados, e nela apresentaram a reivindicação de suplementação orçamentária para garantia de continuidade do MCMV-E.

As reivindicações apresentadas ao governo foram a autorização para contratação imediata dos empreendimentos contidos nas portarias 595 e 597, cujos prazos vencem no final de março; a garantia de recursos para a contratação dos empreendimentos em imóveis da SPU (recebidos do INSS) contidos na portaria 606-2018; a manutenção do pagamento das obras em andamento; a autorização para a transição de fase de empreendimentos no MCMV-E; a retomada de

“O problema de orçamento segue sem resolução, tanto para obras contratadas continuarem quanto para início dos projetos selecionados”

obras paralisadas, conforme previsto em portaria; e o debate sobre o futuro dos programas habitacionais para famílias de baixa renda.

Os movimentos buscam estabelecer uma interlocução permanente com o MDR para tratar dos temas relacionados à pasta, uma vez que ao longo dos últimos 40 anos participaram ativamente da

construção das políticas de desenvolvimento urbano em nosso país, inclusive do Conselho Nacional das Cidades, no sentido de apresentar propostas para as políticas públicas de enfrentamento às grandes questões urbanas e apoiar a implementação dessas políticas nos territórios. Ressalta-se que, ao longo de 2018, todas as convocações e solicitações do então Ministério das Cidades foram atendidas pelos movimentos, que reapresentaram suas propostas de projeto, produziram os documentos técnicos necessários e conquistaram a seleção de parte delas por meio da portaria 595. Apesar dos esforços empreendidos pelas entidades organizadoras, que atenderam aos requisitos no prazo previsto, nenhum empreendimento foi contratado e o Ministério adiou o prazo para 31 de março de 2019. No entanto, até o momento, nenhuma contratação foi autorizada.

UNMP promove 1º Seminário Nacional de Habitação Rural na Paraíba

Divulgação UNMP



Promovido pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e União por Moradia Popular da Paraíba (UMP-PB), o 1º Seminário Nacional de Habitação Rural aconteceu de 22 a 24 de março, no município de Cabaceiras, na

Paraíba. O evento foi organizado em parceria com a Fundação Ford, CESE, Cehap, Governo do estado da Paraíba, Prefeitura de Cabaceiras e Prefeitura de Damião. O seminário teve como finalidade tratar de questões relativas à habitação rural e à atual conjuntura. Participaram delegações da Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Pará, Distrito Federal e São Paulo. Além dos debates, houve uma visita a Cabaceiras para compreender a história e as dificuldades da zona rural e cinco oficinas com diferentes temas: comunidades tradicionais em áreas rurais; regularização fundiária em áreas rurais públicas; moradia rural em área de risco; relações de gênero, pós-ocupação e meio ambiente rural; e formação e acesso aos programas de habitação rural. Foram também realizados um debate sobre a importância da autogestão no meio rural, com apresentação da proposta do PL da Autogestão, e uma visita técnica ao Município de Damião, na Vila Rural Pedro Marques de Melo, no Sítio Viração, unindo as delegações e a comunidade onde estão sendo construídas 36 unidades habitacionais por autogestão com a União por Moradia Popular da Paraíba.

Participe da construção de uma Lei Nacional da Autogestão!

Divulgação UNMP



Autogestão é participação popular em todo processo de efetivação do direito à moradia

A proposta de autogestão na produção habitacional faz parte da luta do movimento de moradia desde os anos 1980. As primeiras experiências de produção autogestionária surgem num contexto de efervescência das lutas sociais, momento de mobilizações e ocupações de terras urbanas, quando as comunidades passam a construir alternativas coletivas para a questão da moradia. Os movimentos de moradia deixam de atuar somente como um movimento reivindicativo que denuncia a desigualdade, e passam atuar de forma propositiva, interferindo na construção da política urbana. Com base nas experiências vivenciadas, inserem a proposta dos mutirões autogestionários com a elaboração de iniciativas populares de lei e a criação de instâncias institucionais de participação. Assim, desde o início de nossa trajetória, a União Nacional por Moradia Popular defende a autogestão como uma proposta política e de gestão de políticas públicas.

Estamos falando de um modelo organizativo coletivo que possui direção política e está apoiado nos conceitos da participação, da ajuda mútua, do saber popular, solidariedade, jus-

**“
Por isso
defendemos
Autogestão e
mutirão não
apenas como
uma proposta no
campo da política
habitacional, mas
como instrumento
de construção de
um projeto popular
para o Brasil**”

tiça social e utopia, como condutores da ação. Por isso defendemos Autogestão e mutirão não apenas como uma proposta no campo da política habitacional, mas como instrumento de construção de um projeto popular para o Brasil. Assim, para avançar na conquista de programas habitacionais autogestionários e a organização da vida comunitária na concretização do direito à moradia ade-

quada, a UNMP está em campanha pela criação de uma Lei Nacional da Autogestão. A proposta é defender uma legislação que consolide o conceito de autogestão como princípio da produção da moradia popular, estabeleça diretrizes para políticas de terra e combata a especulação imobiliária, garantindo fontes de recursos permanentes para todo processo que envolve a autogestão, como a produção, a formação, o financiamento de projetos e o regime de propriedade.

A UNMP defende que o processo de construção desta legislação nacional seja participativo, e por isso convida a todas e todos a se engajar nessa luta. Para isso, propõe-se a realização de seminários, audiências, rodas de conversa, formações populares e a sistematização de experiências de efetivação do direito à moradia pela autogestão.

A definição de autogestão na produção habitacional refere-se a ações em que a produção de moradias, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle dos recursos públicos e da obra pelos participantes dos movimentos populares, de associações e de cooperativas. Assim, a autogestão é reconhecida porque: i) mobiliza o povo pobre, que passa a compreender que direito se conquista; ii) combate o clientelismo e a corrupção no atendimento das demandas; iii) coloca capacidades econômicas e de gestão na mão das comunidades; iv) questiona a transferência de riqueza pelo Estado para a mão dos privados; v) e questiona a noção de moradia como mercadoria e fonte de lucro para o capital, ao produzir sem lucro.

A proposta autogestionária questiona a produção privada de habitação social financiada com recursos públicos, contrapondo-se ao modelo convencional do mercado. Além disso, promove e desenvolve a capacidade econômica, social e políti-

ca dos setores populares. A ação coletiva tem sido uma ferramenta política e de mobilização muito importante. Entendemos que é no espaço de partilha das tarefas e responsabilidades, nas tomadas de decisões coletivas, que o sentimento de pertença é construído, possibilitando que a comunidade participe de forma ativa com envolvimento de todos e todas na construção de um grande processo organizativo e de mobilização. Defendemos a participação popular em todas as etapas relacionadas à conquista da moradia: a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as formas de construção, além do controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade. Queremos também introduzir o conceito do regime de propriedade coletiva para as moradias e para os equipamentos comunitários produzidos. Entendemos que é preciso avançar para além da propriedade individual e defender uma forma que ao mesmo tempo protege a família moradora e tira essas moradias da apropriação pelo mercado imobiliário.

Apesar das conquistas, falta avançar em um marco legal que dê continuidade e solidez às políticas autogestionárias. Todos os programas foram feitos em base de decretos, de resoluções, de instruções normativas e de portarias, regras feitas pela própria administração pública que não garantem que, com a mudança de governo, não haja revogação destas políticas. O contexto atual exemplifica a fragilidade das conquistas, pois as contratações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades seguem paralisadas (leia texto da página 2). Portanto, o desafio é conquistar uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência que consolide e garanta continuidade à efetivação do direito à moradia pela autogestão.



8 de março: mulheres da moradia realizam ato em defesa da previdência e do MCMV Entidades

Neste 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) promoveram uma marcha pelo centro de São Paulo com o lema: “Contra Bolsonaro! Vivas por Marielle! Por Lula Livre! Em defesa da previdência! Em defesa do MCMV entidades! Inclusão social! Democracia e reforma política!”. As mulheres da moradia marcharam contra todos os tipos de violência contra as mulheres e para reivindicar políticas públicas inclusivas e democráticas.

Durante a caminhada, que passou por espaços como a Caixa Econômica Federal, a Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo, centenas de mulheres sem-teto fizeram suas denúncias dos retrocessos nas políticas para as mulheres. Ressalta-se que a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos. A falta de políticas públicas dificulta cada vez mais a vida das mulheres de São Paulo e do Brasil, sobretudo após o fechamento da Secretaria das Mulheres.

As mulheres da UNMP defendem a abertura imediata da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo e a construção de mais casas nos municípios, como forma de combater o grande índice de violência doméstica. Exigimos delegacias das mulheres que funcionem 24 horas, com profissionais capacitados para atender. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de assassinatos no país chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. Embora exista a Lei Maria da Penha, nem sempre as pessoas responsáveis nas delegacias e no judiciário fazem valer as legislações do país.

Além disso, as cidades estão



Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo promovem ato no 8 de março no centro de São Paulo

“As Mulheres Sem Teto, em sua maioria, estão privadas ou limitadas em seus direitos, enfrentando dificuldades para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias”

distantes de oferecer condições e oportunidades iguais aos seus habitantes. As Mulheres Sem Teto, em sua maioria, estão privadas ou limitadas em seus direitos, enfrentando dificuldades para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias. Contribuem para isso a falta de políticas públicas direcionadas para as Mulheres, como políticas de Moradia, Saúde e Educação. Isso se agrava com o governo de Bolsonaro e Damare Alves, atual

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que não tem o menor respeito às mulheres e defendem abertamente as desigualdades de gênero que se intensificam a cada dia no país.

A reforma da Previdência é mais um golpe desse governo machista, pois o aumento da idade da aposentadoria para 62 anos para as mulheres desconsidera a sua contribuição diária para a construção da cidade justa, sustentável e fraterna. O exemplo disso é o grande número de mulheres presentes nas diversas lutas e no enfrentamento por direitos, na liderança de suas comunidades, nas ocupações, nas mobilizações, nos mutirões habitacionais, nos conselhos de saúde, nas associações de moradores, nas federações, sindicatos e nos movimentos de moradia e sociais.

Por isso, a UNMP também participou das articulações e mobilizações em vários estados exigindo políticas públicas para as mulheres. A moradia é a porta de entrada para todos os direitos! As mulheres da mora-

dia afirmam: somos todas trabalhadoras na luta por melhores condições de vida, por trabalho e salário justo e o direito a aposentadoria e contra a Reforma da Previdência. Marchamos por moradia digna com qualidade de vida e para garantir os direitos já conquistados, para denunciar a opressão e a discriminação contra as nossas famílias Sem Teto e Sem Terra, contra a pobreza e a miséria, contra todas as formas de violência praticadas pelo poder público e pelo capital imobiliário especulativo!

UMM-SP volta ao Uruguai e discute as raízes da autogestão

A UMM-SP realiza, de 29 de maio a 2 de junho, uma visita à Federação Uruguaia das Cooperativas de Habitação e Ajuda Mutua (FUCVAM). Vamos levar a nova geração de lideranças para conhecer este que é um marco internacional da autogestão. A visita tem como objetivos conhecer a história do cooperativismo de ajuda mútua uruguaio, o modelo e suas atualizações, o sistema de propriedade cooperativa de forma mais detalhada e o formato de financiamento. Vamos visitar experiências de cooperativas antigas e atuais e conhecer a organização da Fucvam e suas ações além do tema da moradia (juventude, cultura e mulheres). Atualmente, a FUCVAM tem lutado pelo rebaixamento da taxa de juros dos financiamentos para 2%, demonstrando que mesmo em um governo de esquerda, os trabalhadores têm suas pautas de luta.

Expediente

Rua Conselheiro Furtado 692 – Sala 03 - 01511-000, Liberdade, São Paulo – SP, Brasil
Telefone: (55 11) 3825-5725 / 3664-7812

www.unmp.org.br | facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular

Jornalista Responsável: Hugo Fanton | Colaboradores: Donizete Fernandes, Edilson Henrique

Mineiro, Evaniza Rodrigues, Maria da Graça Xavier, Sidnei Euzébio Pita

Diagramação: Diva Braga

APOIO



FORD FOUNDATION

MISEREOR
IHR HILFSWERK